

FIÚZA

Carreira marcada por denúncias

O deputado Ricardo Fiúza, 54 anos, elegeu-se deputado federal pela primeira vez em 1970 pela Arena. Em 88, no PFL, destacou-se como um dos líderes do "centrão". Advogado, usineiro e agropecuarista, Fiúza cumpre seu sexto mandato. Sua ascensão política e econômica, entretanto, é marcada por denúncias de corrupção e beneficiamentos envolvendo verbas federais.

Dono da usina de álcool e açúcar Bititinga, em Alagoas, ele foi beneficiado, em 91, no acordo de refinanciamento da dívida de Cr\$ 311 bilhões dos usineiros junto ao governo. Neste ano, indicou o deputado

João Alves (PPR-BA) para o cargo de relator da Comissão Mista de Orçamento. Denúncias de desvio de verbas afastaram Alves do cargo. Fiúza assumiu o posto. Como relator, Fiúza foi acusado de incluir 65 emendas — num total de Cr\$ 25,6 bilhões, valores de abril de 91 — depois da aprovação do Orçamento pelo Congresso.

Aliado incondicional do ex-presidente Collor, Fiúza foi nomeado em janeiro de 92 ministro da Ação Social, substituindo Margarida Procópio. Três meses depois, admitiu ter recebido de presente da construtora OAS um jet-ski e US\$ 100 mil da Federação Brasileira de Bancos para a financiar a campanha de 90. Para impedir o impeachment de Collor, foi acusado de liberar recursos a fundo perdido do ministério para comprar votos dos parlamentares. Segundo as denúncias, entre julho e setembro de 92 li-

berou US\$ 60,4 milhões.

Acusado pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos de integrar a máfia do orçamento, Fiúza teve seu sigilo bancário quebrado pela CPI do Orçamento, e desde então novas denúncias sobre atividades irregulares não param de surgir. Um relatório do TCU indicou um golpe de US\$ 500 milhões no FGTS, durante sua gestão e de sua antecessora. Segundo o documento, nesse período foram contratados serviços para construção de 495 mil casas, superfaturados em 42%. O deputado também é acusado de só repassar a entidades assistenciais 10% dos US\$ 150 milhões liberados pela Ação Social. Como ex-relator do Orçamento, apresentou emendas para assentamentos rurais em todo o país. Suspeita-se que grande parte do dinheiro desviado para as empreiteiras tenha saído do Inbra.